



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
**PODER LEGISLATIVO DO MUNICÍPIO DE GUAÍRA**  
ESTADO DO PARANÁ



**P A R E C E R N.º 030/2024, DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO,  
LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA**

**Ementa:** Parecer favorável a manutenção do veto ao Projeto de Lei n.º 029/2024, comunicado através da Mensagem n.º 023/2024.

## **1. RELATÓRIO**

Pela Mensagem n.º 023/2024, o Poder Executivo Municipal encaminhou a esta casa legislativa a decisão pelo veto integral ao projeto de lei n.º 029/2024, de autoria da Mesa Diretiva, que reajustava o valor do auxílio alimentação dos servidores desta Casa.

Justificou-se o veto com base na Lei Federal n.º 9.504/1997, que proíbe em seu artigo 73, readaptar vantagens nos três meses que antecedem o pleito eleitoral até a posse dos eleitos. Ainda que o projeto tratasse de recomposição inflacionária de um benefício instituído em lei anterior, seu aumento às vésperas do pleito poderá caracterizar afronta à vedação de abuso do Poder Econômico e político em favor de candidato à reeleição.

## **2. VOTO DO RELATOR**

O veto é uma ferramenta de controle do Poder Executivo em relação aos projetos de lei emanados do Poder Legislativo, naquilo que é conhecido como Sistema de Freios e Contrapesos. A Lei Orgânica do Município de Guaíra prevê em seu artigo 52, §1º, o poder de veto pelo Prefeito Municipal:

***Art. 52** A Câmara Municipal, concluída a votação, enviará, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, o projeto de lei aprovado ao Prefeito Municipal, que, aquiescendo, o sancionará.*

*§ 1º Se o Prefeito considerar o projeto, no todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á, total ou parcialmente, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados do recebimento, e comunicará, dentro de quarenta e oito horas, ao presidente da Câmara Municipal os motivos do veto.*

São duas as possibilidades de veto existentes. A primeira, pela inconstitucionalidade da lei e a segunda, por contrariar o interesse público. Nas razões de veto, o Exmo. Prefeito Municipal apontou que o projeto estaria em





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
**PODER LEGISLATIVO DO MUNICÍPIO DE GUAÍRA**  
ESTADO DO PARANÁ

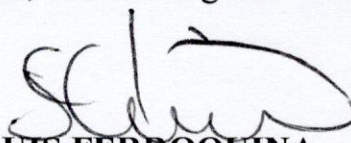


contrariedade à legislação federal, quanto ao momento da concessão do reajuste ao auxílio alimentação coincidir com o período eleitoral.

Neste sentido, compreendo que o reajuste, ainda que meramente recompositor da perda inflacionária, pode ser concedido em momento posterior, sem qualquer risco de colisão com a lei eleitoral. Ainda que o projeto não seja inconstitucional, o possível conflito com a legislação federal é contrário ao interesse coletivo.

Com isso, concluo que Veto Integral ao projeto de lei n.º 029/2024 deve ser mantido.

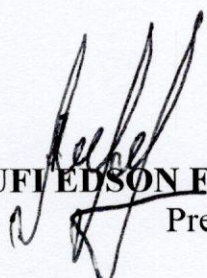
Sala de Reuniões, em 07 de agosto de 2024.

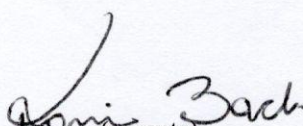
  
**LUIS FERROQUINA**  
Relator

### 3. PARECER DA COMISSÃO - FAVORÁVEL

O parecer da comissão acompanhou o voto do relator, sendo ele pela manutenção do Veto Integral ao projeto de lei n.º 029/2024. Votou pela Comissão, além do relator, o Vereador Raufi Edson Franco Pedroso.

Sala de Reuniões, , em 07 de agosto de 2024.

  
**RAUFI EDSON FRANCO PEDROSO**  
Presidente

  
(ausente)  
**KARINA BACH**  
Secretária

*lido em Sessão Ordinária*  
*12/8/2024*